



## Ser professora negra no ensino superior: vivência e experiências

*Marisleila Julia Silva*

Universidade Estadual de Goiás – UEG, Brasil

*Raimundo Márcio Mota de Castro*

Universidade Estadual de Goiás – UEG, Brasil

Apoio e financiamento: FAPEG

### RESUMO

A pesquisa apresenta algumas considerações sobre os princípios democráticos e igualitários prescritos em lei em relação à diversidade racial negra. O recorte que buscamos investigar está centrado nas ações afirmativas implementadas a partir do início deste século e que, apesar das inúmeras críticas, representam um avanço social e político no cenário nacional marcado por um histórico de exclusão em relação à população negra. Os estudos indicam que a garantia dos direitos conquistados ainda se constitui um grande desafio a ser vencido e a educação tem papel fundamental no sentido de colocar em prática atitudes concretas de inclusão e de valorização das diferentes culturas. No viés desse debate, inúmeras temáticas são suscitadas, possibilitando a compreensão da diversidade como instrumento para construção de uma sociedade mais justa e solidária. Por meio da narrativa (auto)biográfica de uma professora negra, docente do ensino superior, inferimos reflexões sobre questões tangentes à diversidade racial negra, na intenção de responder ao questionamento: que sentidos e implicações de formação e relações socioculturais emergem nas narrativas constituídas por professores e professoras negros/as no campo educacional? Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica, sustentada pelo aporte teórico de Santos (2006); Gomes (2001, 2005, 2007); Munanga (2007, 2008); Cavalleiro (2001) entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade. Ações afirmativas. Relações étnico-raciais. Educação.

### BEING A BLACK TEACHER IN HIGHER EDUCATION: LIFETIME AND EXPERIENCES

#### ABSTRACT

The research presents some considerations about the democratic and egalitarian principles prescribed by law in relation to black racial diversity. The cut that we seek to investigate is centered on the affirmative actions implemented from the beginning of this century and that despite the numerous criticisms, represent a social and political advance in the national scenario marked by a history of exclusion in relation to the black population. Studies indicate that the guarantee of the rights won are still a great challenge to be overcome and education has a fundamental role in putting into practice concrete attitudes of inclusion and appreciation of different cultures. In the bias of this debate countless themes are raised, making possible the understanding of diversity as an instrument for building a more just and solidary society. Through the autograph (biographical) narrative of a black teacher, a professor of higher

education, we infer reflections on issues that are tangent to black racial diversity, with the intention of answering the question: what meanings and implications of formation and sociocultural relations emerge in the narratives constituted by teachers and black teachers in the educational field? This research is qualitative, exploratory and bibliographical, supported by the theoretical contribution of Santos (2006); Gomes (2001, 2005, 2007); Munanga (2007, 2008); Cavalleiro (2001) among others.

**KEYWORDS:** Diversity. Affirmative actions. Ethnic-racial relations. Education.

## **SER PROFESORA NEGRA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: VIVENCIA Y EXPERIENCIAS**

### **RESUMEN**

La investigación presenta algunas consideraciones sobre los principios democráticos e igualitarios prescritos en ley en relación a la diversidad racial negra. El recorte que buscamos investigar está centrado en las acciones afirmativas implementadas a principios de este siglo y que a pesar de las innumerables críticas representan un avance social y político en el escenario nacional marcado por un histórico de exclusión en relación a la población negra. Los estudios indican que la garantía de los derechos conquistados sigue siendo un gran desafío a ser vencido y la educación tiene un papel fundamental en el sentido de poner en práctica actitudes concretas de inclusión y de valorización de las diferentes culturas. En el sesgo de este debate innumerables temáticas se suscitan, posibilitando la comprensión de la diversidad como instrumento para la construcción de una sociedad más justa y solidaria. Por medio de la narrativa auto (biográfica) de una profesora negra, docente de la enseñanza superior, inferimos reflexiones sobre cuestiones tangentes a la diversidad racial negra, en la intención de responder al cuestionamiento: qué sentidos e implicaciones de formación y relaciones socioculturales emergen en las narrativas constituidas por profesores y profesoras negras / as en el campo educativo? Esta investigación es de abordaje cualitativo, exploratorio y bibliográfico, sostenido por el aporte teórico de Santos (2006); Gomes (2001, 2005, 2007); Munanga (2007, 2008); Caballero (2001) entre otros.

**PALABRAS CLAVE:** Diversidad. Acciones afirmativas. Relaciones étnico-raciales. Educación.

### **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O RACISMO NO BRASIL**

O contexto atual é marcado por uma total efervescência no que tange à pesquisa e ao debate sobre educação e relações étnico-raciais, envolvendo particularidades e interesses de atores sociais historicamente excluídos. O momento é de transformação, pois o discurso contra o hegemônico combate as ideias dominantes instituídas, sendo observado de maneira latente. Considerando o contexto, atrelado aos interesses da produção, ressaltamos que essa discussão sofreu maior expansão a partir do ano de 1995, quando o Estado brasileiro reconhece oficialmente, o Brasil como um país racista. A partir desse ano, intensificou-se a elaboração de documentos e leis para instituir políticas públicas com o escopo de superar as marcas do

preconceito e o racismo na sociedade. Uma discussão que gera tensões e conflitos e que tem perpassado por intervenção estatal no campo da política educacional.

Com a realização da pesquisa, procuramos avançar nos conhecimentos sobre a integração da pessoa negra nos ambientes formais de educação, no intuito de identificar as marcas do racismo e a luta dessa população em busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Nesse viés, a educação surge como promotora da igualdade, porém, enfrentando todas as mazelas impregnadas em uma sociedade marcada pela herança cultural elitista europeia. Ainda temos uma realidade que assusta quando a temática da igualdade racial é posta em discussão. Persiste um silenciamento por parte daqueles que deveriam garantir a equidade.

Entre os variados sentidos aplicados ao branco e ao negro na sociedade brasileira, em geral, considera-se o branco positivo e o negro negativo. A dicotomia caracteriza esses elementos e é veiculada no cotidiano, na mídia e nas instituições: a luz/a escuridão; o bem/o mal. Recorrendo ao dicionário, recurso muito comum na escola, encontramos as seguintes definições para branco e o (a) negro (a): “Branco. *Adj.* Da cor da neve, do leite, da cal; alvo; cândido; claro, transparente; translúcido; diz do indivíduo de raça branca; *Fig.* sem mácula; inocente; puro; ingênuo” (FERREIRA, 1988, p.102). “Negra: *S.f.* Mulher de cor preta; escrava. Negro: *Adj.* De cor preta; sujo, encardido; preto; muito triste; lúgubre; melancólico; funesto; maldito; sinistro; perverso” (*Ibidem*, p.452-453).

Podemos observar que as diferenças se transformam em barreiras separatistas, inclusive em ambientes educacionais, onde se esperam práticas de inclusão entre as diferentes culturas. Diante dessa situação, pensamos na construção da igualdade como elemento indispensável à efetivação da cidadania. Nessa perspectiva, Santos (2006, p. 316) diz que “as pessoas têm direito de ser iguais sempre que a diferença as tornar inferiores; contudo, têm também o direito de ser diferente sempre que a igualdade colocar em risco suas identidades”. Sendo assim, a diversidade vai além do reconhecimento das diferenças, perpassa essencialmente pelo direito à igualdade.

A situação da pessoa negra no Brasil é marcada por diversos mecanismos sociais perversos, que atuam em nível cultural, econômico e político, acentuando a sua exclusão social. As relações de convívio social passam a ser conflituosas, na medida em que não se tem explícito qual é o pertencimento do negro nessa sociedade. Homens negros e mulheres negras têm sido vítimas desse sofrimento: a crescente “ideologia do embranquecimento”. Desde o final do século XIX até meados do século XX, a elite política e intelectual esteve profundamente preocupada com a formação do povo brasileiro.

Nesse período, produziram-se discursos paradoxais sobre a miscigenação, ora designando-a como vilã contrária ao progresso nacional e sinônimo de degeneração de um povo; ora aclamando-a como a solução para tornar a população brasileira mais clara, aproximando-a ao máximo da *raça ariana*, considerada superior. Mais tarde, o discurso sobre a miscigenação assume nova formatação, passando a ser vista como principal mecanismo de um processo que resultaria na democracia racial, o que para Gomes (2005), seria o grande mito da democracia racial<sup>1</sup>.

Neste texto, temos como objetivo, compreender os sentidos e implicações de formação e relações socioculturais que emergem nas narrativas auto(biográficas) constituídas por professores negros no campo educacional, tendo como objeto de estudo a narrativa de uma professora negra, docente do ensino superior, e sua trajetória de formação. As vivências narradas pela professora, somadas às pesquisas bibliográficas, dão sustentação às reflexões sobre a presença de negras e negros em espaços formais de educação, suscitando outras questões como: a existência de uma legislação que não foi suficiente para erradicar atitudes racistas e preconceituosas, em especial por parte daqueles de quem se espera uma postura de inclusão e defesa da igualdade de direitos.

Para fundamentar o trabalho, buscamos em leis e documentos referentes à temática, publicações de estudiosos que são referências quanto à investigação proposta sobre as relações raciais negras e educação: Constituição da República Federativa do Brasil (1988); Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96 (BRASIL, 1996); Estatuto da Igualdade Racial, a Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), entre outras. Quanto aos teóricos, destacamos: Cavalleiro (2001), Gomes, (2001, 2005, 2007), Munanga (2007, 2008), Silva, (2005) Silva (2011), Oliveira, (2006), Hall, (2006), Guimarães, (1999), entre outros.

## **2 A LEGISLAÇÃO ATUAL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS**

Por população negra, conforme o Estatuto da Igualdade Racial (BRASIL, 2010), tomamos o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

---

<sup>1</sup> Para Gomes (2005), o mito da democracia racial pode ser compreendido, então, como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial.

Por desigualdade racial, o Estatuto aponta para toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica. Entendemos por discriminação racial, como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseada em raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, que tenha como objetivo anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural, ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

Em relação às políticas públicas, o século XXI iniciou-se presenciando um patamar inédito de reconhecimento, por largas parcelas da população, de que a sociedade brasileira convive com o racismo. A persistente leitura das desigualdades raciais como resultado da pobreza, do acúmulo de carências da população negra e de seu despreparo para participar do mercado de trabalho moderno, havia se consolidado gradativamente no país, mas começava a ser contestada. Longe de meras heranças acumuladas, as desigualdades raciais brasileiras passaram a ser amplamente reconhecidas como sendo legitimadas pelo racismo e influenciadas por mecanismos ativos de discriminação racial.

A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), aconteceu no período de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Precedida no Brasil, pelas pré-conferências estaduais e pela Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, em julho de 2001, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) demarca um momento de construção de um consenso entre as entidades do movimento negro sobre a necessidade de se implantar ações afirmativas no Brasil. A Educação Básica e Superior e o mercado de trabalho são as áreas de maior destaque.

A partir de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surge um maior aprofundamento do debate em relação às questões raciais. Algumas iniciativas de mudança merecem destaque: no governo federal, pela primeira vez, é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), em 2001, e, no Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em 2004. No tocante à educação, é nesse contexto que, finalmente, é sancionada a Lei nº 10.639, em janeiro de 2003, alterando a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nessa sequência, houve a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 2004, considerado um grande marco entre as conquistas advindas de muita

resistência e luta da população negra brasileira contra a exploração, a marginalização, o preconceito, a discriminação racial e as pressões para que o Estado brasileiro legitimasse estas questões.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparação, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados (BRASIL, 2004, p. 11).

Nessa sequência de discussão sobre educação para as relações étnico-raciais com foco no currículo da Educação Básica, foi promulgada a Lei nº 11.645/2008. Esta lei alterou novamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial em todas as redes de ensino, níveis e modalidades, a Educação da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”. Outras iniciativas foram somadas ao conjunto de leis, normas e diretrizes, já citadas, voltadas para a reparação, reconhecimento e valorização de ações afirmativas no campo da educação para as relações étnico-raciais.

Em relação ao Ministério da Educação, destacamos as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) e a instituição do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010) (BRASIL, 2010) que, apesar das críticas, avança como mais um instrumento de ação afirmativa. Como pontua Santos (2006, p.181-182),

[...] as ações afirmativas se legitimam com base nos princípios do pluralismo jurídico e da dignidade humana, estruturadas no paradigma do Estado Democrático de Direitos, e a necessidade do reconhecimento de uma sociedade plural e democrática exige a participação formal, material e, sobretudo, procedimentalmente igualitária no tocante ao tratamento estatal e sua divisão social de oportunidade.

Nessa perspectiva, destacamos a importância das ações afirmativas, que apesar das barreiras no campo da efetivação, surgem com o objetivo de combater “a discriminação racial, de gênero e de origem nacional”, além de buscar a correção das desigualdades raciais e a promoção da igualdade de oportunidades. São medidas especiais e temporárias, com o objetivo de eliminar desigualdades, historicamente acumuladas, e de garantir a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização.

A discriminação racial se distingue do racismo, uma vez que a primeira se configura numa prática, a ação de exclusão, restrição ou preferência, que impede, restringe ou dificulta o

acesso igualitário de determinados grupos em razão da cor. Sendo assim, o preconceito racial associa-se normalmente a uma opinião ou a um julgamento prévio, de cunho negativo, sobre as pessoas que são da raça negra<sup>2</sup>. Conforme Guimarães (1999, p. 24), “fica muito difícil imaginar um modo de lutar contra uma imputação ou discriminação sem lhe dar realidade social. Se não for à ‘raça’, a quem atribuir as discriminações que somente se tornam inteligíveis pela ideia de *raça*?”

Para contextualizar o racismo nesse trabalho, o conceito está em Silva (2000), que o aborda como uma ideologia, um conjunto de ideias, que defendem a hierarquia entre grupos humanos, classificando-os em raças inferiores e superiores e, utilizando-se destas ideias, buscam explicar e naturalizar a realidade social, no caso as desigualdades sociais dos negros em relação aos brancos.

Para melhor compreender a relação raça e etnia, algumas/alguns estudiosas/os adotam a expressão "étnico-racial", na tentativa de abarcar tanto a dimensão cultural (linguagem, tradições, ancestralidade), quanto as características raciais, visivelmente observáveis, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, entre outros.

A tensão entre um ideário antirracista, que corretamente negava a existência biológica das raças e uma ideologia nacional, que negava a existência do racismo e da discriminação racial, tornou-se insustentável diante das mudanças no cenário nacional e contribuiu para a elaboração de um novo pensamento sobre a identidade nacional e a identidade negra.

Como analisa Stuart Hall (2006, p. 67), “na história moderna, as culturas nacionais têm dominado a ‘modernidade’ e as identidades nacionais tendem a se sobrepôr a outras fontes, mais particularistas, de identificação cultural”. Contudo, o próprio autor ressalta que a identidade cultural nacional tem sido deslocada, desde o final do século XX, sobretudo em decorrência da globalização. Ao contrário do sujeito do Iluminismo, visto como possuidor de uma identidade fixa e estável, o sujeito pós-moderno caracteriza-se por sua identidade aberta, contraditória, fragmentada, inacabada (HALL, 2006, p. 46).

Ainda assim, encontramos evidências de que as bases fundadoras da identidade nacional continuam a influenciar a identidade cultural dos sujeitos, que a ideologia do branqueamento continua a fazer parte do imaginário social, influenciando significativamente o processo de construção identitária da população negra. Parece-nos claro que a chamada “identidade negra”, no Brasil, se desenvolveu em um processo identitário peculiar, no qual o sujeito torna-se negro.

---

<sup>2</sup> O termo “raça”, contextualizado nesse trabalho, está em Gomes (2001) que o apresenta como um conceito relacional que se constitui histórica, política e culturalmente, rejeitando a ideia de determinismo biológico e incluindo outras três dimensões para análise da questão racial; a geográfica, a histórica e a política.

Historicamente, a pessoa negra sofre as marcas por uma identificação deturpada de sua autoimagem. Embora, muito provavelmente, tenha sofrido em decorrência de diversas rupturas, a cor de sua pele jamais foi objeto de representações negativas. Também foi atribuída uma identidade negativa, introjetada e assimilada pelas próprias vítimas do racismo. Vimos assim, que o tornar-se negro é um árduo processo identitário. Trata-se de uma identidade de resistência que está sempre em construção. Afirmar-se negro é também um posicionamento político.

É sob esse olhar que nos dedicamos a ouvir e refletir, à luz das teorias mencionadas, um pouco da trajetória da professora *Catarina*, nome fictício que a mesma escolheu para ser identificada. A narrativa (auto)biográfica apresenta uma história de desafios, superação e construção da identidade negra.

### 3 A VOZ DE CATARINA

*Catarina*, codinome que a professora escolheu para ser identificada em sua narrativa (auto)biográfica, apresenta-nos uma narrativa que impressiona pelos seus relatos e riquezas de detalhes utilizados para contar-nos sua história de vida. Para iniciar, destacamos a ênfase dada pela professora sobre sua origem; seus avós, tanto de parte materna, quanto paterna, são casais entre “negros e brancos”, sendo que os paternos são descendentes diretos de kalungas e os maternos são baianos. Em seu relato, a professora enfatiza que, desde sua pré-adolescência, observava conflitos entre as famílias oriundas dos casamentos miscigenados. A professora vai deixando transparecer as marcas do racismo que teve que superar:

*[...] eu me lembro que eu tinha uma amiga, era a única amiga branca que eu tinha, que eu ia na casa dela e o povo não deixava eu entrar pelo elevador social, ela morava no Setor Oeste, Fabiana, eu nunca vou esquecer dessa menina, a menina “riquíssima” filha de um dos donos, de uma rede de drogarias, tipo a Drogasil hoje em dia, ela morava em frente o lago das rosas um apartamento por andar, e eu sempre fui meio hippie, tanto que quando eu era pequena minha mãe tentava que eu fosse “a boneca”, não gostava, não era minha identidade, então quando eu ia visitar essa minha amiga, o povo não deixava eu entrar por conta disso, foi quando eu fui perceber que era realmente diferente, porque até então eu percebia mais não era tanto, eu tinha uns apelidos e eu falava “ah, o gordinho também tem”, não é por eu ser “neguinha” (Catarina).*

Em sua narrativa (auto)biográfica, a professora nos convida a refletir sobre como as representações estão presentes no comportamento das pessoas. No Brasil, quando discutimos a respeito da pessoa negra, Gomes (2005) nos alerta que existem diversas opiniões e posturas racistas que têm como base a aparência física para determinar algumas características para essas pessoas, pré-determinando se são boas ou ruins, competentes ou incompetentes. Ao



refletir sobre a narrativa, percebemos um comportamento lamentável por parte de algumas pessoas, porém, são situações reais que ocorrem cotidianamente. Quantas experiências de vida foram marcadas por frases, piadinhas, apelidos voltados para as pessoas negras, que associam a sua aparência física, ou seja, cor da pele, tipo de cabelo, tipo de corpo, a um lugar de inferioridade!?

Sob um discurso de “tolerância”, a sociedade, ao mesmo tempo que prega a integração globalizante, gera abismos desagregadores. Há um forte discurso expressando uma suposta valorização das diferentes culturas, mas que ao mesmo tempo, dita um modelo único e padronizado de comportamento, Cavalleiro (2001, p.33) faz a seguinte consideração sobre o tema:

A necessidade de reescrever a História nas diversas áreas do conhecimento é de extrema importância, principalmente para desmitificar o mito de que o Brasil, por ser um país de grande miscigenação, não tem problemas raciais como sempre se observa por meio de educadores internacionais.

Sobre essa questão a professora *Catarina*, em seus relatos, expõe um pouco de sua vivência:

*[...] mas quando me chamam de morena eu acho ruim, sabia? Por exemplo, a família do meu marido sempre fala: “mas você não é negra, você é morena!” Nossa..., isso pra mim, corrói meu coração. O único lugar que eu fui reconhecida como negra, foi quando fui fazer a minha matrícula na (USP) Universidade de São Paulo, quando passei no mestrado lá, a atendente que preencheu a ficha, olhou pra mim e disse: “Negra”. Nossa, neste dia eu saí tão feliz! Saí tão feliz e pensei, “enfim, alguém me reconhece como negra, não sou moreninha” (Catarina).*

Vimos, pela narrativa, que, na sociedade brasileira, persiste a prevalência dos padrões europeus como paradigma para referências de beleza, eficiência e inteligência e tantas outras referências fora desse padrão estariam ligadas à inferioridade. Portanto, para uma mulher negra construir sua identidade, em uma sociedade que nega os valores ligados a sua cultura, o desafio é ainda maior, as vivências da professora expõem claramente essa realidade.

É possível também identificar na narrativa, que a afirmação positiva da identidade negra se apresenta em contraste com a realidade do convívio social que tem representações negativas sobre a pertença negra. Vimos presente no discurso da família a ideologia do branqueamento e a suposta inferioridade negra. Segundo Munanga (1999), o ideal de branqueamento que coexiste neste contexto cria barreiras raciais, já que o ideário da população brasileira seria branquear e tornar-se branco.

Ao longo da história, nossa formação foi marcada pelos traços da colonização, escravidão, autoritarismo, e o que foi construído no imaginário da população sobre as pessoas negras nem sempre foi positivo. Teorias raciais foram incorporadas com discursos

supostamente científicos atestando a inferioridade dos negros. Conforme Gomes (2001), essas teorias e mitos ainda se fazem presentes nos dias de hoje, na academia, e no percurso de muitos educadores, exercendo forte poder ideológico, o que contribui fortemente para legitimar o racismo.

Temos ainda uma realidade de um racismo “cordial”, negando os conflitos originados pela prática do racismo, contribuindo ainda mais para que não sejam observados os parâmetros de igualdade na forma da lei e de igualdade de oportunidades. Na sua narrativa sobre a presença do negro em posições de prestígio, *Catarina* revela que há necessidade de busca pessoal da pessoa negra. Considera-se um caso ímpar, já que teve uma trajetória ascendente mediante sua dedicação profissional e evidencia em seu discurso, certa visão de meritocracia que oferece oportunidades a quem mais se esforça:

*[...] outra coisa que eu observava era que eu não tinha professor negro, nunca tive professor negro e o que mais me dói no tempo que eu estudei no Objetivo, foi um professor que falava já de racismo e ele comentou em uma aula da professora de física assim, que ficou marcado pra mim na lembrança, ele falou assim: “que tinha uma questão de ter locais que só brancos ou negros entrassem e que tinha uma questão também de tentar amenizar a entrada dos negros em colégios tão tradicionais, ele falou que não precisa fazer algo para eles não entrarem por que são poucos os que iriam conseguir entrar e pagar o colégio. E aí eu olhava para os lados e isso era mesmo porque lá éramos mais ou menos 80 a 100 alunos por sala, era necessário usar microfone durante as aulas, meus amigos japoneses que eram apenas sete, até hoje eu falo com alguns, o resto não conversava com a gente e o meu professor de física falou isso, porque não precisava, “porque a gente não ia conseguir chegar lá”. E aí, neste período, eu comecei a desenvolver a timidez, eu tinha fobia de algumas coisas, eu acho que em virtude das coisas que eu passava dentro das salas de aulas, e eu fiz o 2º grau e me destacava, e eu sentia, “talvez eu estava errada”, que os alunos tinham um preconceito dobrado, “porque ela é negra e vai bem nas provas”, aí que o povo não gostava de mim mesmo. Assim foi o 2º grau. (Catarina).*

Esta questão também é discutida por Santos (2006, p. 162) que afirma: “Viver numa sociedade contrária à mobilidade social do negro e, mesmo assim, buscá-la, é, para os negros, um processo de descobertas e, ao mesmo tempo, de definições”. Esta situação sugere uma nova postura frente ao mundo social onde o professor atua, bem como frente a si mesmo, para o enfrentamento da desvalorização do trabalho intelectual e para pessoas que fazem parte de grupos marginalizados identificarem esta ação como indispensável e de extrema importância para suas vidas. Ainda sob esse olhar, *Catarina* relata suas primeiras experiências no campo da docência no ensino superior:

*[...] fiz a prova e consegui a vaga e comecei a dar aula em 2004, meu primeiro emprego, eu já usava os cabelos enrolados, mas eu tive medo, quando fui prestar o concurso estava em período de semestre letivo e comecei na docência, perdida, porque me faltava prática, mas eu era falante, deu*

*certo, observei que alguns alunos começavam a me olhar diferente. No primeiro dia eles perguntaram “você é a professora?”. Eu não gostei dessa fala e eu comecei a brincar com o fato de eu ser negra e, a partir de então, eu comecei a desenvolver uma característica própria, sou uma professora brincalhona, pareço uma palhaça em sala de aula, porque eu brinco com algumas características minhas. Antes que o povo fale, eu já brinco, como forma de proteção e assim eu iniciei na minha carreira, fiquei na PUC/GO, por dois anos enquanto fazia Doutorado [...] (Catarina).*

Talvez seja por esse motivo que a discriminação e o preconceito racial sejam praticados “socialmente”. Podemos observar que, ao longo da história, foram construídos alguns mitos sobre os conflitos raciais no Brasil que dificultam o enfrentamento e assim justificando a necessidade de se estabelecer o debate sobre a educação racial negra. Faz-se necessário também, contribuir para que as relações raciais desiguais no Brasil sejam amplamente refletidas, especialmente, no espaço-tempo escolar. A realidade de estudantes negros em um espaço elitista e branco, como a universidade pública brasileira, revela que ainda faltam referenciais para que a pessoa negra possa superar o estigma de inferioridade. Catarina em sua narrativa vem reforçar esta constatação:

*Assim foi minha trajetória, eu me formei em 2001, comecei o mestrado terminei em 2003, comecei o doutorado em 2004, terminei em 2007. Na defesa do mestrado, só foi meu pai; na defesa do doutorado, participou meu pai, minha mãe e veio meu tio que é um Kalunga que fez a fala de 30 minutos, falou mais do que eu. [...] nesse período já era “negra típica”, eu observava as características de vestir “estilo afro”, sempre gostei da caracterização da roupa, mas só fui ter essa identidade do mestrado para frente. Até hoje eu gosto de me caracterizar idêntica à minha raça, não sei te explicar isso. Nesse período, tem a presença importante da professora Clorinda. Ela trabalha com comunidades Kalunga. No começo, eu não queria trabalhar com esta causa, mas hoje eu vejo diferente, hoje eu queria trabalhar com os negros, mas neste período eu não queria não, eu queria distância, eu não queria passar o que eu passei no passado. Porque tinha essa preocupação dos professores que trabalhavam com os Kalunga, eu admirava, mas não queria estar lá, de jeito nenhum, corria dela, hoje meu sonho é trabalhar com ela [...]. Eu me mudei e terminei o doutorado em 2007, em 2008 eu comecei a trabalhar na UEG. Na sala de aula onde me transformo, eu não dou conta de falar “bonitim” tanto que, na sala de aula, um primo que foi meu aluno falava assim “Catarina onde você consegue as palavras?” Eu falo que não sei, eu pareço uma atriz, eles gravam minha aula e me mostram, eu falo que não é sou eu falando, eu nem tenho os “cacoetes” que eu tenho na linguagem normal, tirando as brincadeiras, porque eu brinco, xingo..., tirando isto, eles ficam assim espantados, mas eu acho que eles gostam de mim, é a impressão que eu tenho (Catarina).*

A imagem e a identificação com a cultura negra são depreciativas em favor de uma cultura branca, que facilmente consegue adeptos de um padrão de consumo e de beleza. A narrativa auto(biográfica) nos revela a ênfase dada pela professora aos fatos ocorridos em sua vida escolar, deixando transparecer que deixaram marcas por toda a vida. No caso da professora

*Catarina*, identificamos algo raro de superação e conquista que não pode servir de modelo para nossa sociedade. Não por falta de competência daqueles que buscam seus caminhos de realização, mas pela existência de um sistema marcado pela exclusão.

Os pais de *Catarina* perceberam e acreditaram na educação como único caminho de independência e fuga aos vestígios do preconceito, e mesmo enfrentando muitas dificuldades, investiram na educação da filha. Dessa forma, nossa personagem real consegue superar os obstáculos encontrados em todo trajeto escolar, galgando um lugar onde poucas mulheres negras conseguem chegar.

Para a mulher negra, ser professora universitária significa, sem dúvida, ascender socialmente. Entretanto, não significa ficar livre de discriminações raciais, uma vez que estas se dão no Brasil pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo do cabelo e pelos traços corporais, assim como Cavalleiro (2000, p. 23) pontua:

O preconceito racial no Brasil envolve atitudes e comportamentos negativos e, em algumas situações, atitudes supostamente positivas contra negros, apoiados em conceitos ou opiniões não fundamentadas no conhecimento, e sim na ausência. O que não permite ao indivíduo negro ser reconhecido pelo que é, mas sim falsamente reconhecido. A essência do preconceito racial reside na negação total ou parcial da humanidade do negro e outros não-brancos, constitui a justificativa para exercitar o domínio sobre os povos de cor.

Podemos ousar dizer que, para uma pessoa negra ascender em uma sociedade multirracial, há de ser instruída desde cedo para o enfrentamento às adversidades e ser acostumada a lidar com as diferenças naturais de cada um, ainda que em muitos momentos lhe falte recíproca por parte do “outro”, o não-negro. Conforme Bobbio (2002), o preconceito e o racismo nascem “na cabeça dos homens” e é preciso combatê-los justamente *na cabeça dos homens*.

Entendemos que a mudança de consciência perpassa pelo processo educacional, desde que este esteja voltado para os valores universais: direitos humanos, dignidade humana, ética, pluralidade racial e tudo mais que diz respeito à igualdade de direitos e direito à diferença.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com a realização desta investigação, algumas considerações, ainda que preliminares, podem ser registradas. Verificamos que, no Brasil, o racismo ainda se apresenta como prática comum, mesmo que, em muitos momentos, camuflado pelo discurso da igualdade racial. O combate às práticas de discriminação e exclusão é um grande desafio no campo educacional para este século. Vimos uma série de reformas educacionais que emergiram como resposta às

lutas empreendidas por movimentos sociais antirracistas pela igualdade de direitos. Um novo marco legal para educação emerge junto às políticas públicas, com o objetivo de promover a igualdade racial, como princípio de inclusão e valorização da diversidade.

A desmistificação do discurso da democracia racial na sociedade brasileira desencadeou avanços políticos relevantes, o qual leva à melhor explicitação das identidades. Assim, as problematizações sobre identidade se articulam com a luta por políticas específicas de redução das desigualdades para a população negra, tais como os debates e intervenções no campo das políticas de ações afirmativas, a inclusão de temáticas relacionadas à história e cultura de base africana nos currículos escolares, entre outras iniciativas.

O estudo teórico possibilitou também identificar que ainda vivemos uma intensa luta pela igualdade de direitos na sociedade e em todos os espaços escolares, inclusive no Ensino Superior. A trajetória da população negra é marcada por inúmeros desafios. A situação da mulher negra no Brasil é marcada por diversos mecanismos sociais perversos, que atuam em nível cultural, econômico e político, acentuando a exclusão social.

Com a escuta e reflexão da narrativa (auto)biográfica da professora *Catarina*, ousamos dizer que, para uma mulher negra ascender em uma sociedade multicultural e também multirracial, o enfrentamento e a resistência às adversidades impostas por um sistema excludente acontecem desde bem cedo e certamente irão acompanhá-la durante toda a vida.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUNESP, 2002.

BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: abr.2017.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/DOUconstituicao88.pdf). Acesso em: abr. 2017

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. *Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura

Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm). Acesso em: 20 maio 2017.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. Acesso em: 07 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em: 15 maio 2017.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). *Racismo e Antirracismo na Educação*. São Paulo: Sammus, 2001.

\_\_\_\_\_. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: preconceito e discriminação na educação infantil*. Contexto. São Paulo, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. *Educação e Antirracismo: Caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: SECAD/ MEC, 2005.p. 39-64.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-109.

\_\_\_\_\_. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). *Racismo e Antirracismo na Educação*. São Paulo: Sammus, 2001.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil - identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza (Orgs.) *O negro na universidade: o direito à inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007. p. 07-19.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2008.

OLIVEIRA, Iolanda de. Espaço Docente, Representações e Trajetórias. In: *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: EDUFF 2006, p. 87-143.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 279-316.

SANTOS. Tereza Josefa Cruz dos. Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: EDUFF 2006, p. 157-183.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada e Diversidade; Ministério da Educação, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.

## **SOBRE OS AUTORES**

Marisleila Julia Silva é Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT), Licenciada em Pedagogia pela UEG/Campus São Luís de Montes Belos e docente no quadro temporário dessa instituição no curso de Pedagogia. Professora efetiva na educação básica da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, SEDUCE-/GO.

E-mail: [marisleilajulia@hotmail.com](mailto:marisleilajulia@hotmail.com)

Raimundo Márcio Mota de Castro é Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GOIÁS), pós-doutor em Educação Escolar pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Professor do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás (PPG-IELT).

E-mail: [prof.marcas.posgrad@gmail.com](mailto:prof.marcas.posgrad@gmail.com)

*Recebido em 02 de dezembro de 2017  
Aprovado em 30 de novembro de 2018*